



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas Sociais- FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

DÉBORA ALVES SOUSA

**DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ÂMBITO DA INTERNET: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE O BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA**

**BRASÍLIA
2019**

DÉBORA ALVES SOUSA

**DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ÂMBITO DA INTERNET: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE O BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Prof^a. Me. Anna Luiza de Castro Gianasi.

**BRASÍLIA
2019**

DÉBORA ALVES SOUSA

**DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ÂMBITO DA INTERNET: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE O BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

BRASÍLIA, _____ de _____ DE 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Anna Luiza de Castro Gianasi.
Orientador

Prof.
Examinador

Ficha Catalográfica Elaborada pela Bibliotecária Iris Soares Lourenço CRB1/ 1818.

S729d

SOUSA, Débora Alves. Direito ao esquecimento no âmbito da internet: uma análise comparativa entre o Brasil e a União Europeia / Débora Alves Sousa. – Brasília, 2019.

53 f.

Orientação: Prof^a. Me. Anna Luiza de Castro Gianasi.

Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS), Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), 2019.

Inclui bibliografia

1. Direito ao esquecimento. 2. *Internet*. 3. Responsabilidade civil. 4. Sites de busca. 5. Direito Civil-Constitucional (Brasil). I. Título.

CDU 347.5:004

DEDICATÓRIA

*Ao Deus Trino, Deus de amor, Deus superprotetor.
Aos meus pais Nilton Sousa Silva e Mauriza Batista Alves Sousa, minha glória.*

AGRADECIMENTOS

Devo este trabalho a várias pessoas sem as quais minha vida não seria tão bela quanto é.

A Deus, que dá sentido a minha existência, é por quem vivo, respiro e existo. Ele é a inspiração deste trabalho.

Ao meu pai, Nilton Sousa Silva, e minha mãe, Mauriza Batista Alves Sousa, que são o meu maior orgulho, meus espelhos, minha inspiração.

Aos meus irmãos Álvaro das Neves Alves e Neilton Alves Sousa, os melhores irmãos que uma irmã caçula poderia desejar.

À minha cunhada Maria Joana Gonçalves dos Santos, uma verdadeira irmã, e meu Sobrinho Daniel Alves dos Santos.

Às minhas avós Maria Batista Alves e Maria Isabel de Sousa Silva, *in memoriam*, e às minhas avós do coração Elza de Oliveira e Nair de Freitas Cordeiro, mulheres fortes, destemidas, que enfrentaram o mundo para criarem seus filhos e guardaram a fé.

À minha professora orientadora, Anna Luiza de Castro Gianasi, brilhante educadora cuja paixão em ministrar aulas me impactou desde o primeiro dia de aula, há professores que marcam um semestre, outros marcam a nossa vida.

Aos meus colegas, por terem feito essa jornada mais divertida e menos laboriosa.

O esquecimento, frequentemente, é uma graça. Muito mais difícil que lembrar é esquecer! Fala-se de “boa memória”. Não se fala de “bom esquecimento”, como se esquecimento fosse apenas memória fraca. Não é não. Esquecimento é perdão, o alisamento do passado, igual ao que as ondas do mar fazem com a areia da praia durante a noite.

Rubem Alves

RESUMO

Frente à Era da Informação, ou, como também designada, Era Digital, caracterizada pelo avanço da tecnologia, na qual números exorbitantes de dados são diariamente inseridos na internet e acessados pelos usuários, surge a necessidade de maior tutela aos direitos do homem, uma vez que muitos desses dados constituem-se atentatórios às garantias fundamentais dos indivíduos, como por exemplo, os direitos da personalidade, como à privacidade, intimidade, honra e memória. É nesse contexto que surge o Direito ao Esquecimento, recebido no Brasil como decorrente do direito à privacidade, e, portanto, enquadrado como direito personalíssimo. Por outro lado, há outros direitos que também são fundamentais, como o direito à informação e à liberdade de expressão, que em vários momentos colidem com o direito ao esquecimento. Diante do choque existente entre tais direitos fundamentais, a comunidade europeia e a brasileira se posicionaram de forma diferente, sendo que a primeira comunidade consolidou um entendimento mais garantista no que tange ao direito ao esquecimento, no sentido de responsabilizar os provedores de busca pela proteção do referido direito, além de afirmar a desnecessidade de decisão judicial para que esses procedessem à supressão, na listagem de resultados de uma pesquisa, de páginas da *web* que façam menção a dados pessoais de um determinado indivíduo; enquanto que a brasileira, por muito tempo, adotou uma posição mais conservadora, não reconhecendo a responsabilidade dos provedores de busca além de vincula-la à decisão judicial. Essa situação mudou no julgamento do Recurso Especial 1.660.168/RJ, o qual consagrou o direito ao esquecimento da esfera digital.

Palavra-chave: Direito civil-constitucional. Responsabilidade civil. *Sites* de busca. Internet. Esquecimento.

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA ERA DA INFORMAÇÃO	12
3 DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E À INFORMAÇÃO VERSUS DIREITO AO ESQUECIMENTO.....	18
4 ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE DOS SITES DE BUSCA NA GARANTIA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NA EUROPA	23
5 ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE DOS SITES DE BUSCA NA GARANTIA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL	29
5.1 Caso Xuxa Meneguel vs. Google Search	34
5.2 Caso Denise Piere Nunes vs. Google Brasil Internet Ltda., Yahoo! Do Brasil Internet Ltda. e Microsoft Informática Ltda.....	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

Apesar de ser um tema relativamente novo, o direito ao esquecimento na esfera virtual tem sido pauta de discussão tanto no âmbito nacional quanto internacionalmente. Esse fato deve-se ao avanço da tecnologia, que desabrochou na rápida popularização da internet, e, que por sua vez, resultou no ilimitado fluxo de dados na rede mundial digital.

Esses dados, por inúmeras vezes, tratam diretamente de informações pessoais, o que facilmente abre as portas para a possibilidade de versarem sobre conteúdos atentatórios à dignidade da pessoa humana, à honra, à privacidade, à memória, e, por conseguinte, ao direito de ser esquecido. Porém, em contrapartida, surge a necessidade de proteger outros direitos igualmente assegurados, como o de acesso à informação e a liberdade de expressão.

Países como o Brasil e os integrantes da União Europeia voltaram sua atenção para essa questão, tomados pela necessidade de tutelar os direitos envolvidos e solucionar eventuais choques entre eles através do juízo da ponderação, no qual, diante de um conflito entre dois ou mais princípios, haverá a análise do caso concreto, pesando-se os interesses em confronto, para enfim apontar qual princípio deverá se sobressair sobre o outro (BRANCO, 2014).

Dessa forma, este trabalho irá fazer alusão à proteção destinada ao tratamento de dados na internet na comunidade europeia, que, até a presente conjuntura, tem legislado e interpretado da melhor forma os direitos em questão. Também será mencionado o tratamento atribuído no Brasil, com o escopo de trazer uma solução mais eficaz para a proteção e promoção do direito ao esquecimento.

Na Europa, o direito ao esquecimento é tutelado por legislação específica e teve como caso paradigmático o “Costeja Gonzalez x Google Spain e Google Inc”. Lá, o entendimento consolidou-se no sentido de que os motores de busca são responsáveis pela proteção do direito ao esquecimento. Ademais, primaram pela desnecessidade de decisão judicial para o seu reconhecimento, o que possibilita que o motor de busca não só receba pedidos de supressão nos resultados de pesquisa de páginas da web que contenham informações pessoais de um indivíduo, como também proceda a sua execução.

Ressalta-se que o Tribunal de Justiça da União Europeia entendeu que o dado disponibilizado não precisa causar prejuízo ao interessado, sendo suficiente que ele peça a sua supressão. Outro fator a ser observado é que o Tribunal impôs algumas exceções à aplicabilidade dessa medida, por exemplo, quando a matéria versar sobre interesse público.

Já no direito pátrio, além de inexistir uma lei própria sobre o direito ao esquecimento, tanto a legislação como a jurisprudência privilegiaram o direito à liberdade expressão em detrimento do direito à privacidade, já que no Brasil a legislação vinculou o reconhecimento da responsabilidade do provedor do conteúdo à decisão judicial, e, por muito tempo, não foi reconhecida a responsabilidade dos motores de busca, dos quais sites como *Google*, *Yahoo!* e *Cuil* fazem parte.

O Superior Tribunal de Justiça reanalisou o entendimento até então consolidado do direito em questão no caso *Piere Nunes vs. Google Brasil Internet Ltda., Yahoo! Do Brasil Internet Ltda. e Microsoft Informática Ltda.*, e consagrou, nessa lide, o direito ao esquecimento na esfera digital, reabrindo a discussão e possibilitando uma mudança de entendimento nas varas e tribunais nacionais, por decidir pela responsabilização dos sites de busca.

Nesse cenário, o presente trabalho tem como problematização a (in) possibilidade da efetivação e eficiência do direito ao esquecimento na esfera digital brasileira, bem como qual modelo de proteção ao referido direito melhor se adequa no que tange a sua promoção e segurança.

A importância deste trabalho reside na sugestão de mudança de paradigma jurisprudencial no Brasil, visto que a questão tem sido discutida internacionalmente e firmada em um sentido mais protecionista ao direito ao esquecimento, e, consequentemente, à tutela do direito à privacidade, à intimidade, e, principalmente, à tutela da dignidade da pessoa humana, princípio norteador da Constituição Brasileira de 1988.

Essa mudança é necessária visto que o fluxo ilimitado de informações pessoais tem aumentado, principalmente no âmbito digital, e, dessa forma, o usuário da internet corre risco de dano causado por sua exposição, o que o faz carecer de uma tutela maior e específica.

Para o presente trabalho foi utilizado o modelo dogmático de pesquisa, com o escopo de abordar os diferentes entendimentos no âmbito internacional sobre o direito ao esquecimento na esfera virtual, bem como sugerir a adoção do entendimento da União Europeia, por ser considerado o mais eficiente na proteção da dignidade da pessoa humana.

Para a elaboração da pesquisa foram utilizadas diversas obras, como artigos jurídicos e legislações, tanto internacionais quanto as nacionais, especialmente a Constituição Federal de 1988, o Marco Civil da Internet, Código Civil Brasileiro e as diretrizes europeias que versam sobre o tema, dessa forma, o trabalho possui caráter bibliográfico.

Os apontamentos feitos foram os das correntes majoritária e minoritária sobre o tema e afirmado na pesquisa a corrente que entende pela responsabilidade dos motores de busca na internet como a mais eficaz na tutela do direito ao esquecimento e do princípio da dignidade da pessoa humana.

No segundo capítulo será exposto o avanço da tecnologia e o elevado número de dados na rede mundial da internet, muitos dos quais atentatórios à dignidade da pessoa humana, à honra e à privacidade. Da mesma forma, foi explanado que o direito ao esquecimento é integrado aos direitos ditos personalíssimos e abordado sua proteção constitucional e legal (Código Civil Brasileiro, Marco Civil da Internet e o Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal).

No terceiro capítulo será abordada a questão dos conflitos existentes entre os direitos de acesso à informação e de ser informado e à liberdade de expressão em face do direito ao esquecimento, à privacidade, à intimidade e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

No quarto capítulo será exposta a legislação europeia que trata especificamente do direito ao esquecimento, bem como a decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia que reconheceu a responsabilidade dos sites de busca a partir do julgamento do caso paradigmático *Gonzáles vs. Google Spain*.

No quinto capítulo será abordada a legislação pátria que tutela o direito ao esquecimento, bem como qual é o entendimento brasileiro sobre o referido direito no âmbito da internet, no sentido de responsabilizar ou não os motores de busca. Serão relatados também os seguintes casos paradigmáticos: *Xuxa Meneguel vs. Google Search*, e *Denise Piere Nunes vs. Google Brasil Internet*

Ltda., Yahoo! Do Brasil Internet Ltda. e Microsoft Informática Ltda, e como esse último inaugurou o referido direito no âmbito da internet com relação aos motores de busca.

2 O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA ERA DA INFORMAÇÃO

Na contemporaneidade, a sociedade caracteriza-se pela busca contínua da informação. Consequentemente, tem-se a dependência da internet, especialmente no que concerne à utilização dos sites de busca, que são instrumentos facilitadores da vida hodierna (SILVESTRE; BENEVIDES, 2016).

Muito embora serem esses instrumentos verdadeiros ajudadores e simplificadores do cotidiano, eles são capazes de danificar gravemente os direitos da personalidade, pois a introdução de informação na rede virtual funciona como uma via de mão única que tem como resultado a exposição perene de informações que muitas vezes se mostram ofensivas. Dessa forma, tais informações desconfortáveis que são registradas em vídeos, fotografias ou comentários correm grande risco de serem disponibilizadas eternamente na *web* e acessíveis a todo instante (SILVESTRE; BENEVIDES, 2016).

Nesse sentido, Tatiana Vieira (2007, p. 175) aponta que:

O avanço tecnológico, ao propiciar o cruzamento de dados pessoais e o monitoramento eletrônico de indivíduos e empresas, agiganta-se como uma ameaça ao direito à privacidade.

A referida autora (GERMAN, 2000, apud VIEIRA, 2007, p. 176) comenta que na década de 80 a dita Era da Informação foi vislumbrada nos tecnocentros dos Estados Unidos e do Japão, como decorrência da “explosão da indústria da computação (*software e hardware*)”. Acrescenta ainda que a expressão “sociedade da informação” determina um novo aspecto de “organização social, política e econômica” que se utiliza, de forma intensificada, da tecnologia da informação, destinada à “coleta, produção, processamento, transmissão e armazenamento de informação”. (VIEIRA, 2007, p. 176, 177).

Nesse viés, a autora em comento conceitua informação como sendo “[...] um dado ou conjunto de dados, processado ou não, em qualquer suporte, capaz de produzir conhecimento”. Dessa forma, a informação poderia se constituir em “[...] uma imagem, um som, um documento físico ou eletrônico, ou, até mesmo, um dado isolado”. (VIEIRA, 2007, p.177).

A sociedade hodierna experimenta o que se chama de revolução da tecnologia da informação, que, de acordo com Manuel Castells (2005), é tão importante quanto a Revolução Industrial do século XVIII e leva a um padrão de

descontinuidade nos fundamentos materiais da economia, da sociedade e da cultura.

Outra característica da revolução da tecnologia da informação é o fato dela, diferentemente das revoluções que a antecederam, ter se disseminado velozmente por todo o mundo em um período menor que duas décadas. As outras revoluções aconteceram tão somente em certas sociedades e se estenderam em áreas relativamente limitadas, ocorrendo em espaços e tempos apartados das outras áreas do globo. (CASTELLS, 2005).

Tatiana Vieira aponta que a informação, na atual conjuntura e ante o capitalismo, figura na posição que pertencia ao petróleo no começo do século passado. Tal é a sua importância que a informação é a principal matéria-prima do hodierno modelo capitalista, constituindo-se como requisito “determinante para o desenvolvimento econômico e cultural da sociedade”. Decorre disso, então, o uso demasiado da tecnologia da informação, na qualidade de instrumento “facilitador da coleta, produção, processamento, transmissão e armazenamento”, provocando grandes mudanças ao redor do mundo. (VIEIRA, 2007, p. 177).

Segundo estudo publicado pela revista *Science Express*, que teve como escopo a estimativa da capacidade tecnológica do mundo para armazenar, comunicar e computar informações, foi constatado que no ano de 2007 a humanidade pôde realizar instruções de 6.4×10^{18} por segundo em seus computadores de uso geral. Tal numeração está na mesma proporção que o número máximo de impulsos nervosos executados por um cérebro humano por segundo. Outro importante apontamento citado foi que no período de 1986 a 2007, a capacidade de computação mundial cresceu 58% ao ano. (HILBERT, 2011)

Dessa forma, o estudo em comento estima que a quantidade de dados germinados na internet entre os períodos de 1986 e 2007 alcançou a ordem dos *exabytes*. O número de dados é tão alto que mesmo contando com o avanço da tecnologia não seria possível catalogar tudo. (HILBERT, 2011 *apud* ROCHA; CUNHA; OLIVEIRA, 2017)

Por consequência, indubitavelmente, poucas esferas da vida de um indivíduo não são afetadas pelo computador direta ou indiretamente. (GUERRA, 2018)

Uma das maiores sequelas desse inchaço de dados inseridos na internet são as publicações destinadas tão somente a visualizações e

compartilhamentos pelo maior número possível de pessoas, sem se preocupar com a veracidade das informações disponibilizadas, prática inegavelmente corriqueira no contexto atual. O caso do linchamento de Fabiane Maria de Jesus é uma evidência dessa afirmação. (ROCHA; CUNHA; OLIVEIRA, 2017)

O linchamento, que data o dia 3 de maio de 2014, ocorreu em Guarujá, São Paulo, e foi o primeiro caso de grande repercussão nacional em que uma *fake news*, no âmbito virtual, deu causa a ocorrência de um homicídio. Na oportunidade, Fabiane Maria de Jesus foi confundida com uma suposta mulher que estaria sequestrando crianças para ritual de “magia negra”, e, assim, foi violentamente agredida por populares, não resistiu aos ferimentos e morreu dois dias depois. No momento da ofensa houve quem pensasse que a Bíblia Sagrada que estava em sua posse era na verdade um livro de magia negra. (CARPANEZ, 2018)

Dias antes desse fato, foram publicados em uma página do *Facebook* denominada “Guarujá Alerta” informes referentes à suposta sequestradora de crianças para prática de sacrifício de “bruxaria”. O administrador da página postou a seguinte advertência: “se é boato ou não devemos ficar alerta”, ademais, ele anexou um retrato falado, referente a um crime ocorrido no estado do Rio de Janeiro no ano de 2012, e uma fotografia de uma mulher loira, a qual não tinha relação com o caso. (CARPANEZ, 2018)

Posteriormente, a polícia comunicou a inexistência de qualquer denúncia concernente ao sequestro de crianças na região de Guarujá. Ou seja, a tal sequestradora nem mesmo existiu. Dessa forma, Fabiane Maria de Jesus foi violentamente morta, deixando um marido e duas filhas, sendo que a mais nova, ao tempo do linchamento, constava com um ano de idade. (CARPANEZ, 2018)

Movido por esse caso, o deputado Ricardo Izar apresentou o Projeto de Lei nº 7544/14, que propôs a elaboração do tipo penal “Incitação Virtual ao Crime”. No dia 28 de março de 2017, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a proposta, porém, teve alterado seu texto, visto que o relator, deputado Rubens Pereira Júnior, concluiu que tal crime já existe e prevê pena de detenção de três a seis meses, ou multa. O relator, por sua vez, optou pela previsão do aumento de 1/3 da punição de incitação através da internet ou mediante comunicação de massa. A proposta ainda deverá ser votada pelo Plenário da Câmara. (LARCHER, 2017)

A realidade de vivermos em uma sociedade de superinformação e acentuado avanço tecnológico, assim como o advento da popularização da internet, ambiente no qual dados são velozmente propagados, multiplicados e armazenados na rede mundial, ameaça o direito natural do esquecimento, fazendo com que ele seja de difícil efetivação, ou até mesmo irrealizável, já que estamos a um clique de distância de trazermos à tona as recordações que uma vez entraram na rede virtual, sejam elas boas ou infelizes para o usuário. (DIAS, 2014)

Para Dias (2014), o fato de um dado armazenado estar disponível através do mero toque de uma tecla faz com que o direito de esquecer reste negado. De forma diversa à memória humana, a memória digital tem a capacidade de armazenar milhares e milhares de dados e conservá-los perfeitamente intactos.

O direito ao esquecimento está inserido nos chamados “direitos da personalidade”. É sabido que os direitos individuais da pessoa guardam adornos privatistas e, dessa forma, constituem-se intrínsecos às liberdades individuais, que por sua vez integram a primeira geração dos direitos fundamentais. (ROCHA; CUNHA; OLIVEIRA, 2017)

Assim, o direito ao esquecimento teve sua gênese na tutela da privacidade e foi reconhecido como direito da personalidade em virtude do seu grau de relevância e abrangência. (SILVESTRE; BENEVIDES, 2016)

Nesse viés, movidos pela necessidade de proteção dos indivíduos frente à possibilidade de danos provenientes das tecnologias de informação, foi aprovado o Enunciado 531 na VI Jornada de Direito Civil, realizada pelo Centro de Estudos do Judiciário do Conselho da Justiça Federal (CJF) em março de 2013. (CJF, 2013)

ENUNCIADO 531- “A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento”.

Justificativa:

Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados. (CJF, 2013)

Não obstante os enunciados não possuírem força vinculante, eles são fonte doutrinária de suma relevância, pois são oriundos do posicionamento de grande parte dos juristas civilistas pátrios, e, portanto, constituem-se em

importantes orientadores no momento de motivação das decisões judiciais. (CONSALTER, 2017)

Assim, o direito ao esquecimento, por estar integrado à tutela do princípio da dignidade da pessoa humana e ao direito da personalidade, está abarcado no artigo 5º da Carta Maior, que garante direitos fundamentais como: “a dignidade, intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas” (SILVESTRE; BENEVIDES, 2016, p. 106), e, muito embora não seja um direito autônomo, decorre dessas garantias constitucionais. (ROCHA; CUNHA; OLIVEIRA, 2017)

Nesse sentido, os autores Maria Vital da Rocha, Cunha e Oliveira apontam que: “não é necessária a previsão de um direito exclusivo, supostamente autônomo, ao esquecimento. Ele decorre de outros direitos, da liberdade em geral e da própria dignidade humana”. (ROCHA; CUNHA; OLIVEIRA, 2017, p. 494)

A tutela da personalidade na Constituição atenta a suas concepções personalíssimas no que tange à dignidade da pessoa humana, visto a proteção que garante aos direitos individuais e coletivos e a suma importância que confere ao princípio da dignidade da pessoa humana, consagrando-o como um dos fundamentos da República. (ROCHA; CUNHA; OLIVEIRA, 2017)

Na esfera infraconstitucional, o direito de esquecer é abrangido pelo capítulo II do Código Civil, em decorrência da sua integração aos direitos personalíssimos (SILVESTRE; BENEVIDES, 2016). Por conseguinte, é revestido das características dos direitos da personalidade, que de acordo com Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus Maluf (2014), são: “íntimos; absolutos; intransmissíveis; indisponíveis; irrenunciáveis; imprescritíveis; impenhoráveis; inexpropriáveis; ilimitados e inestimáveis”.

Segundo Zilda Mara Consalter (2017), deve-se atentar ao artigo 12 do Código Civil Brasileiro, que prevê a plena proteção e tutela aos direitos da personalidade:

Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei”.
Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau. (BRASIL, 2002)

Dessa forma, ainda conforme a autora supracitada, a personalidade deve ser entendida como valor ilimitado a ser protegido, fato esse que não obsta a regulamentação expressa de suas vertentes mais importantes no ordenamento jurídico, a fim de proporcionar maior facilidade na aplicação do direito com a finalidade de proteger os indivíduos. (CONSALTER, 2017)

Nessa perspectiva, o direito ao esquecimento também é reconhecido como desdobramento do direito à privacidade, conforme afirmado por Rosa Maria Dias (2014). Tal garantia tem sua previsão no artigo 21 do Código Civil, Lei nº 10.406, que estabelece que: “A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma”. (BRASIL, 2002)

Outro importante dispositivo da legislação pátria na preservação do direito ao esquecimento no âmbito da internet é o artigo 20 do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406, que versa sobre a divulgação de dados privados:

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. (BRASIL, 2002)

Para Rosa Maria Dias (2014, p. 294), depreende-se dos artigos mencionados que será assegurado ao indivíduo interessado a obtenção não somente do conhecimento, como também do posterior provimento judicial, de forma a viabilizar a exclusão de dados que lhe causem prejuízo, afligindo-lhes a “honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou que se destinem a fins comerciais”, o que deve ser verificado à luz do caso concreto.

3 DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E À INFORMAÇÃO VERSUS DIREITO AO ESQUECIMENTO

Se por um lado tem-se a importância do direito ao esquecimento, que deriva do princípio norteador da Constituição Federal de 1988, qual seja, o princípio da dignidade da pessoa humana, por outro surge a liberdade de expressão e o direito ao acesso à informação. Esses dois princípios são igualmente tutelados tanto pela Constituição quanto pela Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 (DUDH).

Assim, o artigo 19 da DUDH estabelece que:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ONU, 1948)

Já na esfera constitucional pátria, o direito à informação, considerado como direito fundamental e decorrente do próprio Estado Democrático de Direito, da República e da Democracia (NUNES, 2014), foi positivado no artigo 5º, XIV, da Constituição Federal, dispondo que: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, CF/1998)

O referido direito também pode ser encontrado em outros dispositivos constitucionais que o intensificaram, por exemplo, o inciso XXXIII, artigo 5º; bem como o artigo 37, §3º, inciso II e o 220, §§ 1º e 2º, todos da Constituição Federal de 1988. Ademais, tal direito também é tutelado pela Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011). (NUNES, 2014)

Para Luis Gustavo Grandinetti de Carvalho (1999), constitui-se função social da informação transmitir o conhecimento humano a fim de ordenar a sociedade, de forma que os indivíduos se tornem mais parecidos no que tange ao saber, bem como mais preparados em momentos de tomada de decisão, e, ainda, para que haja o compartilhamento de informações entre eles.

Segundo o autor, para além da referida função social, a informação também é dotada de função política, visto que em um sistema democrático, no qual o povo exerce seu poder político mediante voto, é de suma importância que os

cidadãos possuam opinião política a respeito da vida nacional. Para tanto, é indispensável o acesso à informação a fim de inteirá-los da conjuntura e sequelas de sua decisão. (CARVALHO, 1999)

A liberdade de expressão, do mesmo modo, figura como um dos direitos mais importantes em uma democracia. Em um Estado de Direito, deve ser assegurado aos indivíduos o direito de expressar suas opiniões sem ser perseguido ou sofrer censura. (DIAS, 2014)

Na Constituição, ela é resguardada pelo artigo 5º, inciso IV, que dispõe que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”; bem como pelo inciso XIV, segundo o qual “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Também encontramos a liberdade de expressão no artigo 220, que estabelece que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. (BRASIL, 1988)

A liberdade de expressão figura como um instrumento imprescindível na manutenção e funcionamento do sistema democrático. Além do mais, ela é inerente à característica da sociabilidade, que é primordial para o ser humano e atribui ao Estado o dever de não censurar, ou seja, o Estado não deve interferir na liberdade do indivíduo. (BRANCO, 2014)

A tutela de tal direito abrange, em não havendo choque com outros direitos fundamentais, “toda opinião, convicção, comentário, avaliação ou julgamento sobre qualquer assunto ou sobre qualquer pessoa, envolvendo tema de interesse público, ou não, de importância e de valor, ou não”. (BRANCO, 2014, p. 264)

A liberdade de expressão está condicionada ao direito de acesso à informação, uma vez que apenas os indivíduos que possuem acesso à informação variada são capazes de exprimir-se de modo livre e crítico. (GONÇALVES, 2014)

Dessa forma, o direito à informação encontra-se próximo ao direito da liberdade de expressão e ambos integram o direito da comunicação social, tendo sua extensão do artigo 220 ao 224 da Constituição Federal de 1988. (CARVALHO, 1999)

Ressalta-se que nem o direito à informação nem o direito à liberdade de expressão são absolutos, em outras palavras, esses direitos fundamentais encontram limites nos direitos da personalidade. Como já visto anteriormente, eles possuem igual tutela constitucional, visto que em um Estado de Direito a realização das garantias deve ser pautada na harmonia entre elas e no ordenamento jurídico (CARVALHO, 1999).

Para resolver a questão da colisão entre princípios, faz-se necessário salientar, preliminarmente, a diferença entre princípios e regras, para então apontar como se dará a solução de um conflito entre eles.

Segundo Alexy, tanto regras como princípios constituem-se normas, uma vez que ambos indicam o dever ser. Em outras palavras, como afirma o autor, regras e princípios são espécies de normas. Ambos são passíveis de serem editados com expressões deônticas elementares do dever, seja retratando uma permissão, seja impondo uma proibição. (ALEXY, 2014)

O autor em comento expõe que dentre os critérios de diferenciação entre regras e princípios o da generalidade é o mais utilizado. Nesse sentido, os princípios se constituiriam em normas que possuem alto grau de generalidade. Por sua vez, as regras disporiam de baixo grau de generalidade. (ALEXY, 2014)

Outros critérios de distinção citados por Alexy são: “a determinabilidade dos casos de aplicação”, o modo de sua origem, por seu evidente teor axiológico, a relação com a ideia de direito ou “a uma lei jurídica suprema”, e, por fim, a relevância que possui para a ordem jurídica. (ALEXY, 2014, p.88)

Para o jurista alemão, a tese que permite que seja realizada uma correta diferenciação entre normas e princípios é a que estabelece que não há somente uma distinção gradual entre ambos, há, também, uma distinção qualitativa. De acordo com o autor, existe um critério que possibilita a distinção pontual das espécies de normas, porém, ele não estaria descrito na lista dos critérios mencionados. (ALEXY, 2014)

O ponto decisório desse critério, de acordo com Alexy, é o de reconhecer os princípios como normas que determinam a prática de algo nos limites das possibilidades jurídicas e fáticas presentes. (ALEXY, 2014)

Para ele, os princípios são mandamentos de otimização caracterizados pela possibilidade de execução em graus diversificados. Ademais, a medida

exigida de seu cumprimento depende das possibilidades fáticas e jurídicas, sendo que os princípios e regras conflitantes definem estes últimos. (ALEXY, 2014)

No que tange às regras, segundo Robert Alexy, elas constituem-se em normas que são sempre realizadas ou não realizadas. Caso a regra for válida, ela deverá ser cumprida exatamente nos ditames como está posta. As regras possuem deliberações tanto na esfera fática como na do juridicamente possível. Isso quer dizer, como prossegue o autor, que a diferenciação entre regras e princípios é qualitativa, e não gradual. Conclui ele que toda norma ou é uma regra ou um princípio. (ALEXY, 2014)

Conforme assevera Alexy, é na ocorrência de colisões entre princípios e nos conflitos entre regras que a distinção entre ambas as espécies se revela mais evidente. A solução de cada um dos conflitos se dará de forma distinta. (ALEXY, 2014)

Em um conflito de regras, a solução se dará no âmbito da validade. Nesse confronto, se não houver cláusula de exceção que extinga o conflito, deverá ser declarada a invalidade de uma das regras, a qual será retirada do ordenamento jurídico. Tal empasse poderá ser dirimido mediante observações a regras como lei posterior revoga lei anterior e lei especial prevalece sobre lei geral. (ALEXY, 2014)

No caso de colisão entre princípios, onde um dos princípios irá se sobrepor ao outro, a solução se dará na dimensão do peso. Diferentemente de como ocorre no conflito de regras, na colisão de princípios não deverá haver a declaração de invalidade do princípio, tampouco se necessitará inserir cláusula de exceção. (ALEXY, 2014)

Ocorre que, diante das circunstâncias do caso concreto, os princípios obterão pesos diferentes, e o princípio que dispor de maior peso terá preferência sobre os demais. Outrossim, sob outras circunstâncias, a ponderação pode ser realizada de uma outra forma. (ALEXY, 2014)

Nesse viés, Luís Felipe Salomão (2017, p. 8) afirma que há, no que tange ao conflito entre direitos fundamentais e a sua respectiva ponderação, tanto quem defenda a predominância de um direito em detrimento de outros como quem entenda pela existência de um equilíbrio entre eles, sendo que o referido choque só será dirimido mediante a análise do caso concreto, uma vez que “não há propriamente antinomias insolúveis na Constituição (princípio da unidade)”.

A título de exemplificação, Paulo Gustavo Gonet Branco (2014) apresenta o caso hipotético no qual uma reportagem versa sobre a vida privada de uma pessoa pública. Nessas circunstâncias, será provável que na ponderação haja a preferência pelo direito à liberdade de imprensa em detrimento do direito à privacidade.

Segundo Paulo Branco (2014, p. 184), o juízo de ponderação relaciona-se ao princípio da proporcionalidade, que determina que:

o sacrifício de um direito seja útil para a solução do problema, que não haja outro meio menos danoso para atingir o resultado desejado e que seja proporcional em sentido estrito, isto é, que o ônus imposto ao sacrificado não sobreleve o benefício que se pretende obter com a solução.

A ponderação dialoga com a compreensão de que, não obstante o fato de as normas constitucionais possuírem o mesmo status hierárquico, os princípios podem dispor de pesos abstratos distintos. Contudo, o peso não deve ser o único elemento a ser ponderado, deve-se considerar ainda o grau de interferência que a sobreposição de um direito pode acarretar. (BRANCO, 2014)

Observa-se que a ponderação pode ser realizada tanto pelo juiz, ao solucionar a colisão de princípios, quanto pelo legislador, ao estabelecer que em certa situação um direito irá se sobrepor ao outro. (BRANCO, 2014)

Dessa forma, eventual conflito entre o direito à privacidade e o direito à informação ou à expressão deverá ser solucionado através do exame acurado do caso concreto, para assim decidir qual desses direitos irá prevalecer sobre os demais. (DIAS, 2014)

Exposta a possibilidade do conflito entre os direitos tutelados tanto no âmbito internacional quanto no nacional, passaremos à análise da experiência da comunidade europeia e brasileira e de como cada uma delas têm solucionado a colisão entre tais direitos supracitados.

4 ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE DOS SITES DE BUSCA E DA GARANTIA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NA EUROPA

Na União Europeia foi aprovada pelo Parlamento e pelo Conselho Europeu, em 24 de outubro de 1995, a Diretiva 95/46/CE – *Personal Data Protection*, que trata da livre circulação dos dados e da proteção dos indivíduos no concernente ao tratamento desses, de forma a tutelar diretamente as liberdades e os direitos fundamentais dos indivíduos, especialmente a garantia à vida privada, no âmbito do processamento de dados. (PARLAMENTO EUROPEU, 1995)

Ressalta-se que a diretiva em comento foi editada visando a simetria entre as legislações nacionais dos Estados partes da referida comunidade, a fim de que a regulação da matéria fosse coerente, estivesse em concordância com o objetivo do mercado interno e houvesse a elisão de embaraços à circulação de dados pessoais. (PARLAMENTO EUROPEU, 1995)

Outro fator responsável por instigar a elaboração da diretiva foi o aumento dos fluxos transfronteiras de tais dados provenientes da integração econômica e social promovida pelo mercado interno. (PARLAMENTO EUROPEU, 1995)

Para este trabalho, cujo objeto é o estudo do direito ao esquecimento na esfera virtual, vale mencionar alguns artigos da referida diretiva, a começar pelo artigo 3º, no qual foi acordado que as tais normas seriam aplicadas tanto no tratamento de dados pessoais mediante meios não automatizados quanto nos meios total ou parcialmente automatizados. (PARLAMENTO EUROPEU, 1995)

De acordo com Silvestre e Benevides (2016, p. 108), essa disposição acabou por incluir em seu âmbito de aplicação

[...] páginas da internet, redes sociais, correio eletrônico e toda forma de coleta e armazenamento de dados, incluindo ferramentas de busca como o *Google*, que coleta, armazena e trata dados.

Outra determinação legal é a artigo 9º do referido diploma, que preocupou-se com a conciliação entre o direito à liberdade de expressão e à vida privada, indicando a isenção ou derrogação ao prescrito nos capítulos II, IV e VI para o tratamento de dados pessoais realizado com desígnios unicamente jornalísticos ou de expressão artística ou literária, a ser efetuado somente na razão

necessária para que haja harmonia entre os direitos supraditos. (PARLAMENTO EUROPEU, 1995)

No que tange ao seu artigo 12º, é assegurado à pessoa que tem seus dados tratados a obtenção, do responsável pelo processamento, da retificação, do apagamento e até mesmo do bloqueio deles, desde que seu tratamento não tenha observado o prescrito na diretiva. Ademais, é possível exigir informações sobre os dados que lhes dizem respeito. (PARLAMENTO EUROPEU, 1995)

Em 2002, o Parlamento e o Conselho Europeu editaram a Diretiva 2002/58/CE, conhecida como *ePrivacy Directive*, que dispõe a respeito do tratamento de dados pessoais e da proteção ao direito à privacidade no campo das comunicações eletrônicas. Tal diretiva revogou e substituiu a diretiva 97/66/CE, relativa à tutela de dados pessoais e à privacidade no âmbito das telecomunicações, devido à necessidade adequação ao desenvolvimento dos mercados e às tecnologias de comunicações eletrônicas. (PARLAMENTO EUROPEU, 2002)

De acordo com o artigo 1º da Diretiva *ePrivacy Directive*, ela complementa a diretiva 95/46/CE e tem como objetivo promover a uniformidade entre as determinações dos Estados-Membros, com vista à garantia da isonomia na proteção do direito à privacidade, no tratamento de dados no âmbito das comunicações eletrônicas; além de assegurar o livre fluxo de dados, equipamentos e serviços de comunicações entre os países membros da comunidade Europeia. (PARLAMENTO EUROPEU, 2002)

Vale ressaltar o tópico nº. 22 dos considerandos e o artigo 6º, ambos da Diretiva 2002/58/CE. Essas disposições afirmam a vedação do armazenamento de dados de tráfego por lapso temporal desnecessário, superior ao tempo imprescindível para fins de transmissão e gestão de tráfego, além disso, reiteram a possibilidade de solicitação de apagamento de dados. Dessa forma, evita-se a perenidade da disponibilização de informações pessoais. (PARLAMENTO EUROPEU, 2002)

Verifica-se que tamanha foi a preocupação da comunidade europeia a respeito da proteção de dados pessoais e da tutela da garantia à vida privada que, em 7 de dezembro do ano de 2000, ao proclamarem solenemente a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão não deixaram de fora do texto tais direitos, ratificando-os em seus

artigos 7º e 8º, ao declararem que todos os indivíduos são detentores do direito ao respeito à vida privada e à proteção de dados pessoais (PARLAMENTO EUROPEU, 2000).

Abordado breve relato da tutela do direito do esquecimento na Europa, passa-se à apreciação do caso paradigmático *Gonzáles vs. Google Spain e Google Inc.*

O cidadão espanhol Mario Costeja González apresentou uma reclamação junto à Agência Espanhola de Proteção de Dados (AEPD) contra o famoso jornal *La Vanguardia Ediciones SL*, a Google Spain e a Google Inc. O fundamento da reclamação era de que se algum usuário digitasse o nome do postulante no site de busca Google Search eram exibidas nos resultados de pesquisa duas páginas do referido jornal, ambas datadas no ano de 1988, referentes a um anúncio de uma venda de imóveis em hasta pública resultante de arresto para satisfação de dívidas obtidas na Seguridade Social, os quais faziam menção ao nome de González. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

O autor requereu que o jornal *La Vanguardia* efetuasse a supressão ou alteração das páginas mencionadas com vistas à exclusão dos seus dados pessoais, ou que usassem certas ferramentas dos motores de busca a fim de proteger tais dados. No que tange ao Google Spain e Google Inc., M. Costeja González solicitou que promovessem a supressão ou ocultação dos seus dados, para que não mais fossem exibidos nos resultados de busca. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

O postulante alegava que o processo de arresto constante no anúncio, do qual fora parte, havia sido totalmente solucionado há muito tempo e que atualmente não possuía mais pertinência. Em decisão proferida em 30 de julho de 2010, a AEPD julgou improcedente a postulação de González no concernente ao pleito relativo à *La Vanguardia*, uma vez que essa havia vinculado a publicação de forma lícita. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

Por outro lado, no que se refere ao Google Spain e Google Inc., a referida agência julgou procedente os pedidos do reclamante, posto que ela entendeu que os operadores de motores de busca estão sujeitos à legislação referente à proteção de dados, em razão deles realizarem tratamento de dados e serem responsáveis por eles. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

Insatisfeitos, Google Inc. e Google Spain recorreram da decisão proferida pela AEPD. A lide foi solucionada em sede de recurso no Tribunal de Justiça da União Europeia, com base nos artigos 2º, alíneas b) e d), 4º, n.º1, alíneas a) e c), 12.º, alínea b), e 14.º, primeiro parágrafo alínea a), todos da Diretiva 95/46/CE-*Personal Data Protection* (UNIÃO EUROPEIA, 2014). No acórdão foram dirimidas algumas questões que serão comentadas a seguir.

Acerca da natureza das atividades dos motores de busca, decidiu-se no sentido de que elas são classificadas como tratamento de dados pessoais compreendido pelo artigo 2.º, alínea b da Diretiva 95/46/CE, uma vez que sua atuação consiste em “encontrar informações publicadas ou inseridas na Internet por terceiros, indexá-las automaticamente, armazená-las temporariamente e, por último, pô-las à disposição dos internautas por determinada ordem de preferência”. Ademais, para assim serem consideradas tais informações devem fazer referência a algum dado pessoal. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

Entenderam pela responsabilização do operador do motor de busca pelo tratamento de dados pessoais que realizar, nos termos do artigo 2.º, alínea d, do referido diploma, visto que é o próprio operador que estabelece tanto as finalidades como também os meios de sua atividade. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

Com relação à competência da jurisdição espanhola, bem como à aplicação do seu direito nacional no julgamento de caso que envolva empresa com sede localizada em outro país, o Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu que ao estabelecer filial no território espanhol e realizar processamento de dados no seu contexto de atividades, a empresa fica submetida às disposições espanholas, com fulcro no artigo 4º, n.º 1, alínea a, da Diretiva 95/46. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

No que tange ao direito ao esquecimento, o Tribunal acordou que o operador do motor de busca tem a obrigação de

suprimir da lista de resultados, exibida na sequência de uma pesquisa efetuada a partir do nome de uma pessoa, as ligações a outras páginas web publicadas por terceiros e que contenham informações sobre essa pessoa. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

Sendo que isso deverá ocorrer ainda que esta publicação seja, por si só, lícita. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

Na decisão, estabeleceu-se a desnecessidade de judicialização para requerer a supressão, podendo o ofendido solicitar diretamente ao responsável pelo tratamento de dados, que analisará se a referida supressão é ou não devida. Diante de resposta negativa por parte do responsável, o indivíduo poderá recorrer às vias judiciais. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

Ademais, ressaltaram que pelos direitos consagrados nos artigos 7º e 8º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, já anteriormente mencionados, faz-se necessário que o dado inadequado não mais esteja disponível ao acesso dos inúmeros usuários, sendo que, a princípio, tais direitos se sobrepõem tanto sobre o interesse econômico do operador do motor de busca quanto sobre o interesse público em obter informações de um indivíduo através de uma busca realizada com o nome dele. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

Entretanto, entendeu o Tribunal em referência que quando ficar caracterizado o interesse público se privilegiará o direito à informação em face do direito à vida privada, por exemplo, no caso de o indivíduo exercer vida pública, nessa circunstância há a predominância do interesse público em acessar tais informações. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

Afirmaram que o processamento de dados efetuado por um motor de busca é passível de causar dano considerável aos direitos fundamentais, principalmente no que tange à vida privada e à proteção de dados pessoais. Isso porque a busca pelo nome de um indivíduo viabiliza o acesso a informações pessoais que sem o serviço do buscador não seriam encontradas ou apenas com muito custo (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

Citaram no acórdão a facilidade com que um dado publicado é repetido em outras páginas da web, ademais, somaram-se a isso a possibilidade de o responsável pelo tratamento de dados não estar submetido à legislação da União Europeia, fatores esses que impossibilitariam a garantia de proteção eficaz e completa ao indivíduo ofendido. (UNIÃO EUROPEIA, 2014)

Desde a decisão supramencionada proferida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, o Google disponibilizou para os seus usuários daqueles países o formulário chamado *“Search removal request under data protection law in Europe”*. Dessa forma, o indivíduo que se sentir incomodado com seus dados expostos na rede mundial da web e quiser que tais informações sejam excluídas poderá preencher o formulário. Primeiramente, o pedido será analisado por uma comissão

composta pelo Google que, por sua vez, poderá deferir ou indeferir o requerimento. Na hipótese de haver indeferimento o usuário poderá recorrer às vias judiciais. (SILVESTRE; BENEVIDES, 2016)

5 ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE DOS SITES DE BUSCA NA GARANTIA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO BRASIL

No Brasil, a atenção doutrinária relativa ao direito ao esquecimento é relativamente nova, podendo-se encontrar escritos que fazem referência direta ou indiretamente, ao tema desde o início da década de 1990. Nesse sentido, Edson Ferreira da Silva, em 1993, e Luíz Alberto David Araújo, em 1996, publicaram trabalho abordando o entendimento de Raymond Lindon e inseriram o direito de esquecer “no conceito de vida privada, ao lado de identidade; lembranças pessoais; intimidade do lar; saúde; vida conjugal; aventuras amorosas; lazeres; vida profissional e segredo dos negócios”. (RODRIGUES JUNIOR, 2013)

Na esfera penalista, no ano de 1994, Sidnei Agostinho Beneti fez alusão a um direito ao esquecimento dos delitos praticados em decorrência da prescrição. Têmis Limberger, em 2002, defendeu a aplicação do direito ao esquecimento com relação de dados bancários, destacando que os dados de um cliente não poderiam ser utilizados eternamente pela instituição bancária, ou seja, há um limite de prazo para o seu armazenamento. (RODRIGUES JUNIOR, 2013)

Já em 2004, Carlos Affonso Pereira de Souza, em menção à Lei de Imprensa, declarada não recepcionada pela CF/88 pelo STF, apontou o dever do jornalista de atentar-se para o direito ao esquecimento quando da cobertura de um fato imputado como criminoso, a fim de garantir ao apenado uma ressocialização mais adequada após o cumprimento da pena. (RODRIGUES JUNIOR, 2013)

No que tange aos julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o direito ao esquecimento foi discutido no ano de 2013 pela análise do Recurso Especial - REsp nº 1335153/RJ, caso de Aída Curi, e o REsp nº 1334097/RJ, relativo ao caso da chacina da Candelária, que tiveram por relator o ministro Luís Felipe Salomão. (RODRIGUES JUNIOR, 2013)

No caso de Aída Curi, a jovem foi assassinada por dois homens, que após estuprá-la a lançaram do último andar de um prédio localizado em Copacabana, Rio de Janeiro, na noite do dia 14 de julho de 1958. (SOUZA, 2015)

Cinquenta anos depois do homicídio de Aída Curi, um programa da TV Globo Ltda chamado Linha Direta-Justiça, fez uma reportagem sobre a morte e a

pós-morte da vítima. Inconformados, os irmãos sobreviventes de Aída ajuizaram ação de reparação de danos morais, materiais e à imagem contra a rede televisiva. (BRASIL, 2013)

Argumentaram que a reportagem havia desencadeado a reabertura das feridas dos autores e que a exibição do caso foi ilícita, pois, além de terem sido advertidos previamente para que não o fizessem, houve o enriquecimento ilícito da TV Globo Ltda, obtido pelos lucros que auferiu com a exibição da reportagem. (BRASIL, 2013)

Na primeira instância o magistrado julgou improcedentes os pedidos da inicial. Interposto recurso de apelação, o Tribunal manteve a sentença. Em seguida interpuseram recurso especial e recurso extraordinário, sendo que esse último foi inadmitido. Consta informar que o recurso especial só foi admitido após a interposição do agravo em recurso especial. nº 15.007/RJ. (BRASIL, 2013)

Na oportunidade, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu o direito ao esquecimento, afirmando que o referido direito consiste em não expor alguém a lembranças de fatos pretéritos que lhe provocaram feridas. Porém, decidiram que o caso em tela não foi alcançado pelo direito de esquecer, posto que seria impossível apresentar o episódio sem mencionar Aída Curi. (BRASIL, 2013)

Sustentaram que não ficou caracterizada a abusividade na exploração da mídia quando da cobertura do fato e que o reconhecimento do direito ao esquecimento não importa, necessariamente, no dever de indenização. Ademais, afirmaram que havia se passado muito tempo desde o episódio e, portanto, não deveria causar a mesma inquietação experimentada no tempo do fato, o que não gera abalo moral suficiente para a responsabilidade civil. (BRASIL, 2013)

Outrossim, asseveraram que não caberia danos à imagem, visto que não houve desrespeito nem degradação quando da utilização da imagem de Aída Curi. Além disso, não se caracterizou a utilização comercial indevida da foto da finada. (BRASIL, 2013)

Já no caso que ficou conhecido como a Chacina da Candelária, ocorrido em 23 de julho de 1993, no Rio de Janeiro, cerca de mais de 40 crianças e adolescentes dormiam aos arredores da igreja Candelária quando homens, posteriormente reconhecidos como policiais, atiraram contra eles, ocasionando a

morte de oito pessoas que tinham de 11 a 19 anos de idade. (SILVEIRA; BOECKEL, 2015). O julgamento do crime resultou na condenação de três policiais e na absolvição de dois. (CANÁRIO, 2013)

Em junho de 2006 foi ao ar, pelo programa televisivo “Linha Direta-Justiça” da TV Globo Ltda, uma reportagem sobre fato criminoso, em que indicaram Jurandir Gomes de França como um dos envolvidos absolvidos. (BRASIL, 2013)

Jurandir ajuizou ação de reparação de danos morais em face da referida rede televisiva, requerendo indenização na importância de 300 (trezentos) salários mínimos. Afirmou que a ré o havia procurado para que fornecesse uma entrevista sobre o caso, mas que ele, além de se recusar, comunicou-lhes que não queria ter sua imagem exposta, o que não foi atendido. (BRASIL, 2013)

De acordo com o autor, a reportagem reanimou na população a ideia de que ele era um chacinador, levando a comunidade a um sentimento de ódio, situação essa que lhe gerou diversas complicações. Jurandir foi forçado a mudar de casa para manter a salvo a ele e sua família, ademais, não conseguiu mais emprego, fatos esses que infringiram seu direito à paz, à privacidade e ao anonimato. (BRASIL, 2013)

O Juízo de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos do autor. Em sede de recurso de apelação, o Tribunal reformou a sentença reconhecendo o direito ao esquecimento de Jurandir, condenando a ré a indenizá-lo. No Superior Tribunal de Justiça, a quarta turma manteve a decisão de condenação da TV Globo à indenização no montante de cinquenta mil reais. (BRASIL, 2013)

Segundo Silvestre e Benevides (2016, p.105):

Apesar de aparentemente se tratar de matéria de cunho eminentemente civilista, foi no Direito Penal em que o direito ao esquecimento encontrou terreno fértil para se desenvolver.

É o caso em que um apenado, ao cumprir a pena a ele imposta, adquire o direito a ver desvinculado a sua pessoa da memória do crime, a fim de auferir uma efetiva ressocialização. (SILVESTRE; BENEVIDES, 2016)

Nesse viés, o art. 5º, XLVII, b, da Constituição Federal de 1988 dispôs sobre a vedação das penas de caráter perpétuo, dado que:

manter um registro eterno estigmatizando o condenado que já cumpriu sua pena, seria um efeito da pena que figuraria como uma nova pena, esta de caráter perpétuo, expressamente proibida pela Constituição. (SILVESTRE; BENEVIDES, 2016, p. 105)

É em razão disso que o Código de Processo Penal prevê, em seu artigo 743, a reabilitação criminal:

Art. 743. A reabilitação será requerida ao juiz da condenação, após o decurso de quatro ou oito anos, pelo menos, conforme se trate de condenado ou reincidente, contados do dia em que houver terminado a execução da pena principal ou da medida de segurança detentiva, devendo o requerente indicar as comarcas em que haja residido durante aquele tempo. (BRASIL, 1941)

Por sua vez, o artigo 202 da Lei de Execução Penal dispõe que:

Art. 202. Cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei. (BRASIL, 1984)

Ainda na esfera penal, tem-se o exemplo da anistia, disposta no artigo 107, inciso II do Código Penal. (CONSALTER, 2017). E é por abarcar o direito ao esquecimento que a terceira turma do Superior Tribunal de Justiça condenou o jornal Diário de Pernambuco S/A ao pagamento de indenização por danos morais a Ricardo Zarattini, no valor de cinquenta mil reais. (BRASIL, 2016).

No caso, a ré havia publicado uma entrevista na qual imputava Ricardo Zarattini como autor do atentado ocorrido no dia 25 de julho de 1966, no Aeroporto de Guararapes. Alegou o recorrente que ele foi absolvido na ação criminal do referido crime. (BRASIL, 2016).

O Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino asseverou em seu voto vencedor que o fato objeto de discussão na entrevista, ocorrido durante a ditadura militar, foi anistiado pela Lei nº 6683/1979 (Lei da Anistia), e dessa forma, é contemplado com o direito ao esquecimento. Além disso, o referido diploma legal foi editado na tentativa não só de pacificação social como também de estabilidade nacional, ademais, ele ainda foi validado pelo Supremo Tribunal Federal. (BRASIL, 2016).

Como já discutido anteriormente, no Brasil, o direito ao esquecimento não possui uma tutela legislativa própria, porém, ele foi enquadrado como direito da personalidade, sendo considerado um desdobramento, além de outros, do direito à

privacidade (DIAS, 2014). Assim, os dispositivos que o tutelam estão previstos em legislações esparsas, constituindo-se como

fruto da interpretação sistemática do Código Civil, do Código de Defesa do Consumidor, do Marco Civil da Internet e de Enunciados das Jornadas de Direito Civil, todos à luz da Constituição Federal de 1988. (SILVESTRE; BENEVIDES, 2016, p. 116).

O artigo 7º do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965) versa sobre a exclusão de dados e dispõe:

O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

X - exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei. (BRASIL, 2014)

E ainda infere no *caput* do seu artigo 19 que:

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário. (BRASIL, 2014)

O tratamento que a legislação pátria conferiu aos direitos da personalidade diferencia-se da experiência europeia já comentada, uma vez que o artigo 19 da referida lei restringe a responsabilidade do provedor do conteúdo exposto na web à decisão judicial. Assim, com relação ao juízo de ponderação dos direitos em comento, “parece-nos que o legislador privilegiou o direito à livre expressão em detrimento do direito à privacidade”. (DIAS, 2014, p. 295)

O §3º do artigo mencionado possibilita a autoridade judicial provocada ordenar aos provedores que tornem indisponível um determinado conteúdo, seja fotos, informações, notícias ou outros. (CONSALTER, 2017)

§ 3º As causas que versem sobre ressarcimento por danos decorrentes de conteúdos disponibilizados na internet relacionados à honra, à reputação ou a direitos de personalidade, bem como

sobre a indisponibilização desses conteúdos por provedores de aplicações de internet, poderão ser apresentadas perante os juizados especiais. (BRASIL, 2014)

Por fim, a responsabilidade dos provedores de aplicação que disponibilizam conteúdo de terceiros será de caráter subsidiário, ou seja, eles só respondem quando, após a notificação do participante ou do seu representante legal, deixam de promover a indisponibilização do conteúdo ofensivo, nos termos do artigo 21 do Marco Civil da Internet. (BRASIL, 2014)

5.1 Caso Xuxa Meneghel vs. Google Search

Um caso paradigmático na experiência brasileira foi o de Xuxa Meneghel Vs. Google Search.

O conflito foi o seguinte: Maria da Graça Xuxa Meneghel ajuizou ação em desfavor de Google Brasil Internet Ltda, com vistas a fazer com que fosse suprimido do site Google Search os resultados de busca referentes aos termos “xuxa pedófila”, bem como expressões que vinculassem seu nome à prática delitiva, fosse o nome escrito de forma completa ou não, independentemente de grafia correta ou não. (BRASIL, 2012)

A ação teve por fundamento o fato de que Meneghel atuou como atriz no filme “Amor, Estranho Amor”, de 1982, no qual ela realizou uma cena de sexo com um rapaz menor de idade. O que ocorre é que tempos depois ao lançamento do filme, Xuxa passou a ser reconhecida nacionalmente, chegando a apresentar programas infantis na televisão. Dessa forma, durante anos ela empenhou-se em obstar a circulação do filme, já que agora figurava como um ídolo infantil. (OLIVA; CRUZ, 2014)

Ocorre que, com o advento da popularização da internet, impedir a divulgação se tornou algo impossível, logo, o nome da referida autora foi reiteradamente vinculado à pedofilia, o que é contrário à ideia da pessoa pública “Xuxa, a rainha dos baixinhos”. (OLIVA; CRUZ, 2014)

O juiz acolheu o pedido de tutela antecipada da autora, proibindo o requerido de exibir aos seus clientes, qualquer resultado quando a busca fosse feita utilizando as palavras “Xuxa”, “pedófila”, “Xuxa Meneghel”, assim como grafias semelhantes. Interposto agravo de instrumento pelo Google, o TJ/RJ decidiu pelo

provimento parcial. A questão foi solucionada com a interposição do recurso especial 1.316.921 – RJ para o Superior Tribunal de Justiça, de relatoria da ministra Nancy Andrighi. (BRASIL, 2012)

O recurso foi analisado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, e acompanhando o voto da relatora ministra Nancy Andrighi, decidiram por unanimidade dar provimento ao recurso em favor do *Google*. Nos próximos parágrafos iremos tratar do entendimento obtido pelos ministros mediante o voto da ministra relatora. (BRASIL, 2012)

Acordaram preliminarmente que os serviços de internet estão submetidos às normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90, posto que são caracterizados pela relação de consumo e dispõem dos elementos constitutivos de um negócio jurídico clássico, quais sejam

(i) legítima manifestação de vontade das partes; (ii) objeto lícito, possível e determinado ou determinável; (iii) e forma prescrita ou não defesa em lei. (BRASIL, 2012, p. 9)

Enfatizaram que a gratuidade na prestação de serviço do provedor de busca não descaracteriza a relação de consumo, devendo ser atribuída interpretação ampla ao termo “mediante remuneração” disposta no artigo 3º, §2º, do Código de Defesa do Consumidor, a fim de que o ganho indireto seja integrado. Nesse sentido, cumpre salientar o fato de que o Google Search promove vendas de espaços publicitários e de preferências na ordem da lista dos resultados de pesquisa realizada pelo usuário. (BRASIL, 2012)

Os provedores de serviço de internet são um gênero que comporta várias espécies, sendo que uma delas é o provedor de conteúdo que tem por função disponibilizar “na rede os dados criados ou desenvolvidos pelos provedores de informação ou pelos próprios usuários da web”. (BRASIL, 2012, p. 10)

Por sua vez, os provedores de busca são espécie de provedor de conteúdo, visto que eles:

não incluem, hospedam, organizam ou de qualquer outra forma gerenciam as páginas virtuais indicadas nos resultados disponibilizados, se limitando a indicar links onde podem ser encontrados os termos ou expressões de busca fornecidos pelo próprio usuário. (BRASIL, 2012, p. 10-11)

Dessa forma, os sites de pesquisa oferecem ao usuário um mecanismo no qual ele pode digitar critérios de busca, que são termos ou expressões, obtendo,

desse modo, uma listagem de links de páginas da web que versam sobre a informação pretendida. (BRASIL, 2012)

Ademais, acordaram que o site que não realiza a filtragem do conteúdo das buscas realizada pelo indivíduo na internet e não pode ser considerado defeituoso, nos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que essa tarefa não é intrínseca ao serviço prestado pelos provedores de busca. (BRASIL, 2012)

Complementou ainda a ministra Nancy Andrighi que, da mesma forma, não pode ser aplicado o risco da atividade a fim de caracterizar a responsabilidade dos provedores de busca pelos danos derivados do conteúdo exibido das buscas efetuadas pelo cliente. Ao Interpretar o Enunciado 38 da I Jornada de Direito Civil para aplicação no âmbito virtual, a referida ministra afirmou que “não se pode considerar o dano moral um risco inerente à atividade dos provedores de pesquisa”, (BRASIL, 2012, p. 12)

A ministra relatora cita, nesse sentido, Erica Brandini Barbagalo, que afirma que as atividades exercidas pelos provedores de serviços, no âmbito digital, não constituem “[...] risco por sua própria natureza, não implicam riscos para direitos de terceiros maior que os riscos de qualquer atividade comercial”. (BARBAGALO, 2003, apud BRASIL, 2012, p. 12)

Assim, de acordo com Nancy Andrighi, a responsabilidade dos provedores de pesquisa deve ser limitada à natureza de sua atividade, qual seja, prover mecanismo de pesquisa de forma a facilitar o acesso a informações na internet. (BRASIL, 2012)

Apontou-se ainda que os provedores de busca efetuam suas pesquisas em um âmbito digital, sendo que o acesso se caracteriza por ser público e irrestrito. Dessa forma, a sua função consiste em localizar páginas na internet que podem conter conteúdos ilícitos, mas que, ainda assim, estão livremente vinculados. (BRASIL, 2012)

Para Andrighi, o fato de um computador não deter a capacidade de raciocínio subjetivo faz com que seja inviável transferir a uma máquina o dever de identificar se um site detém ou não conteúdo ilícito ou se tal dado tem a possibilidade de ofender a um indivíduo. (BRASIL, 2012)

Além disso, a ministra alega que não seria eficaz a imposição de supressão de termos do resultado de pesquisa uma vez que alguém poderia

facilmente burlar tal limitação usando-se de outras expressões análogas. Ademais, segundo ela, isso instigaria hackers a se empenharem em facilitar o acesso à informação ofensiva que pretende suprimir. Para mais, a filtragem não abrangeria os provedores de pesquisas de outros países. (ANDRIGHI, 2012, p. 72)

Para ela, a prévia averiguação dos provedores de pesquisa acabaria por dificultar a disponibilização de informação em tempo real. Assim, para a ministra relatora, cabe ao prejudicado demandar a própria página que vinculou conteúdo ilícito, e assim, restaria também excluído o conteúdo do resultado de busca. (BRASIL, 2012)

Considerou-se a ideia de que a supressão seria uma forma de censura, e essa obstaría o encontro de páginas com o termo censurado, ainda que o conteúdo seja lícito, o que feriria gravemente o direito de acesso à informação. Usaram como exemplo o fato de que se fosse suprimido do resultado de busca o termo “pedofilia” prejudicaria até mesmo a divulgação do julgamento em comento. (BRASIL, 2012)

Nesse sentido, Andrichi (2012, p. 72) afirma que: “A verdade é que não se pode, sob o pretexto de dificultar a propagação de conteúdo ilícito ou ofensivo na web, reprimir o direito da coletividade à informação”.

Decidiram que em havendo a necessidade de se realizar ponderação entre os direitos em questão – ou seja, o direito à informação em detrimento dos direitos à privacidade e ao esquecimento – deverá haver a preferência pelo direito à liberdade de informação. Levaram em conta, para a decisão, o importante papel que a Internet exerce na sociedade contemporânea com relação à “comunicação social de massa”. (BRASIL, 2012, p. 16)

Nancy Andrichi também frisou a necessidade de intervenção judicial para apreciação do pedido de exclusão de determinado dado dos resultados de busca, a fim de que o direito ao devido processo legal e à ampla defesa do acusado sejam adequadamente protegidos como determinado pela lei. (BRASIL, 2012)

Em suas palavras, ela anota que:

Em primeiro lugar, noto que essa forma de restrição, se cabível, haverá de emanar sempre de ordem judicial, mostrando-se inviável a simples notificação extrajudicial, diante da impossibilidade de se delegar o juízo acerca do potencial ofensivo de determinado texto

ou imagem à discricionariedade da vítima ou do provedor. (ANDRIGHI, 2012, p. 72)

Além disso, acordaram da mesma forma a imprescindibilidade da identificação das respectivas URL's (*Universal Resource Locator*) pelo ofendido. As discriminações possibilitam que o provedor de busca consiga controlar a supressão de dados. Ademais, permite também que o ofendido identifique o responsável pela inserção da informação danosa, ou ao menos o provedor usado para hospedar o site, que, ao seu turno, aponta o IP (*Internet Protocol*) do agente causador do dano. (BRASIL, 2012)

Por fim, entendeu-se que competirá ao interessado em ver excluído o conteúdo ofensivo ajuizar ação contra o seu autor. Consequentemente, resultar-se-ia desnecessário impor ao provedor de busca o dever de supressão, visto que o dado danoso já seria excluído pelo responsável por sua disponibilização. (BRASIL, 2012)

Dessa forma, restou evidente que o entendimento pátrio preferiu o direito à informação em detrimento do direito ao esquecimento, decidindo, nesse julgado, pela não imposição de qualquer responsabilidade ao provedor de pesquisa de restringir certos resultados das buscas, além de submeter o pedido de exclusão de conteúdo ofensivo à apreciação judicial. (BRASIL, 2012)

Não obstante o entendimento a que se chegou, tal percepção revela-se extremamente conservadora se comparado com o entendimento do bloco europeu, visto que é manifestadamente contrária à decisão dele, além de desprezar a atual necessidade da tutela do direito de esquecer, uma vez que estamos frente à Era da Informação. (SILVESTRE; BENEVIDES, 2016)

Nesse sentido, com relação à isenção de responsabilidade dos motores de busca, Silvestre e Benevides (2016, p. 116) afirmam que:

[...] não é razoável isentá-los de qualquer responsabilidade, isto pois é inegável que na sua atividade exercem tratamento de dados, não sendo tão neutros como aparentam ser aos olhos da jurisprudência pátria. [...] em que pese não serem responsáveis pelo teor do conteúdo exposto, são os que possuem melhor capacidade de evitar a ocorrência de maiores danos causados enquanto o usuário identifica e aciona os verdadeiros editores de conteúdo lesivo, o que tende a se tornar verdadeira missão hercúlea com a recorrente anonimidade na web.

Oliva e Cruz (2014, p. 6) também criticaram a decisão ora acurada aduzindo que:

percebe-se claramente que o STJ deixou de se aprofundar no conceito do direito ao esquecimento, tendo, em realidade, tomado uma posição radicalmente contrária ao que vem demonstrando em outros julgados estrangeiros que guardam relação com a divulgação de dados pessoais e a possibilidade de sua revisão, conforme demonstrado a seguir.

Logo, é necessária uma mudança no entendimento jurisprudencial brasileiro com vistas a proporcionar proteção aos direitos personalíssimos em questão. Eximir os motores de busca de qualquer responsabilidade, impondo ao ofendido que ajuíze ação contra cada provedor de conteúdo, é negar o direito ao esquecimento, posto que um indivíduo pode efetuar um download do conteúdo e repostá-lo quando quiser.

Ademais, o avanço tecnológico e a popularização da internet facilitaram o compartilhamento de dados, assim, um dado ofensivo pode ser velozmente propagado, atravessando fronteiras em questão de segundos. Por estas razões, a proteção à vida privada dos indivíduos deve ter preferência em face o direito de informação.

Nesse sentido, em um recente julgamento no STJ, essa percepção conservadora abriu espaço para a garantia do direito ao esquecimento no âmbito virtual, como será analisado no próximo tópico.

5.2 Caso Denise Piere Nunes vs. Google Brasil Internet Ltda., Yahoo! Do Brasil Internet Ltda. e Microsoft Informática Ltda

A consolidação do entendimento pátrio no sentido de impossibilitar a desindexação foi revista no caso da promotora do Rio de Janeiro Denise Piere Nunes vs. Google Brasil Internet Ltda., Yahoo! Do Brasil Internet Ltda. e Microsoft Informática Ltda, que foi julgado pelo STJ em 08 de maio de 2018. (BRASIL, 2018)

A referida promotora ajuizou ação de obrigação de fazer em face dos requeridos supracitados requerendo a desindexação, nos resultados de busca proporcionados pelos demandados, de notícias referentes às suspeitas de fraude no XLI Concurso da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, arguindo que a indexação desses conteúdos resulta em danos a sua dignidade e privacidade. Na

sentença, o magistrado julgou improcedente o pedido da autora, posicionando-se no viés da impossibilidade de atribuir aos sites de busca a responsabilidade pelos conteúdos das notícias encontradas. (BRASIL, 2018)

Denise Nunes foi apontada em várias reportagens como uma das beneficiárias da fraude no concurso citado. À época, a promotora havia sido reprovada no exame. Ao examinar o ocorrido, o Conselho Nacional de Justiça, entendeu pela insuficiência de elementos para confirmar a fraude, admitindo, porém, a existência de problemas nos mecanismos utilizados pela organização do concurso, emitindo recomendações para os exames posteriores. (CRUZ, 2018)

Interposta apelação pela autora, o TJ/ RJ deu provimento ao recurso, para condenar os apelados a suprimirem os resultados de busca que fizessem alusão a apelante. Entre outras disposições, na ementa apontaram sobre a preponderância do direito à imagem, à personalidade e ao esquecimento, objetivando evitar a livre circulação de fatos noticiosos por tempo imoderado. (BRASIL, 2018)

Ademais, mencionaram a não refutação aos documentos acostados pela apelante, comprovando que os apelados dispõem de mecanismos para operar a exclusão de resultados dos sistemas de pesquisas dos “buscadores” nos padrões requeridos, e a não comprovação da impossibilidade técnica de implementação dessa atividade por parte dos apelados. (BRASIL, 2018)

Google, Yahoo e Microsoft interpuseram recurso especial, que veio a ser o Resp 1.660.168/RJ, de relatoria da ministra Nancy Andrighi, julgado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça. O voto vencedor, por sua vez, foi o do ministro Marco Aurélio Bellizze, em decisão apertada de 3 a 2, sendo que votaram com ele os ministros Moura Ribeiro e Paulo de Tarso Sanseverino, vencidos os ministros Nancy Andrighi e Ricardo Villas Bôas Cueva. (BRASIL, 2018)

Surpreendentemente, decidiram de forma favorável à aplicação do direito ao esquecimento, no viés de manter o acórdão recorrido quanto à tutela inibitória deferida, reconhecendo-se que:

Há, todavia, circunstâncias excepcionalíssimas em que é necessária a intervenção pontual do Poder Judiciário para fazer cessar o vínculo criado, nos bancos de dados dos provedores de busca, entre dados pessoais e resultados da busca, que não guardam relevância para interesse público à informação, seja pelo

conteúdo eminentemente privado, seja pelo decurso do tempo. (BRASIL, 2018)

Dessa forma, assentiram na existência de hipóteses excepcionais para o Poder Judiciário determinar a interrupção do vínculo entre o nome e o resultado de busca exibido, quais sejam: tratar-se de conteúdo eminentemente privado, de forma a afastar o interesse público da informação ou longo decurso do tempo transcorrido a partir do episódio que deu motivo a inserção do dado pessoal exibido no resultado de busca. (BRASIL, 2018)

Evidenciaram que na ocorrência de circunstâncias enquadradas nas exceções supracitadas deverá haver predominância do direito à intimidade e ao esquecimento, assim como a proteção aos dados pessoais, objetivando que o indivíduo relacionado ao fato inconveniente viva com razoável anonimato, evitando-se, assim, que tal evento seja corriqueiramente lembrado e eternizado por sistemas automatizados de busca. (BRASIL, 2018)

No caso em tela, afirmaram que já se havia decorrido mais de uma década desde o caso noticiado, e ainda, ao fornecer o nome de Denise Nunes no espaço destinado a pesquisa, o primeiro resultado de busca exibido era um link de notícia acerca de sua suposta relação com fato desabonador não comprovado. (BRASIL, STJ, 2018)

Destacou-se também que a ruptura do vínculo sem que se exclua a notícia também harmoniza os interesses individuais, do titular dos dados pessoais e coletivos, no sentido de acessar a informação, uma vez que a notícia ainda será disponibilizada para aquele que empregar, no campo direcionado para pesquisa, termos de busca referentes ao episódio noticiado. Por outro lado, não viabilizará a localização da notícia quando buscarem de forma exclusiva pelos dados pessoais da pessoa protegida. (BRASIL, 2018)

Em seu voto, o ministro Marco Aurélio Bellizze (BRASIL, 2018, p. 26) empenhou sua divergência ao voto da relatora ministra Nancy Andrighi rechaçando o entendimento de que não há fulcro legal para embasar pedido de restrição de tratamento de dados, uma vez que o Marco Civil da Internet dispõe sobre a “proteção aos registros, aos dados pessoais e às comunicações privadas em na Seção II do Capítulo III (...)”, sendo que esse aborda a respeito da provisão de conexão e de aplicações de internet. Nesse sentido, ele fez menção ao artigo 11 da Lei nº 12.965/2014, que dispõe:

Art. 11. Em qualquer operação de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, de dados pessoais ou de comunicações por provedores de conexão e de aplicações de internet em que pelo menos um desses atos ocorra em território nacional, deverão ser obrigatoriamente respeitados a legislação brasileira e os direitos à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e dos registros.

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se aos dados coletados em território nacional e ao conteúdo das comunicações, desde que pelo menos um dos terminais esteja localizado no Brasil.

§ 2º O disposto no **caput** aplica-se mesmo que as atividades sejam realizadas por pessoa jurídica sediada no exterior, desde que ofereça serviço ao público brasileiro ou pelo menos uma integrante do mesmo grupo econômico possua estabelecimento no Brasil.

§ 3º Os provedores de conexão e de aplicações de internet deverão prestar, na forma da regulamentação, informações que permitam a verificação quanto ao cumprimento da legislação brasileira referente à coleta, à guarda, ao armazenamento ou ao tratamento de dados, bem como quanto ao respeito à privacidade e ao sigilo de comunicações. (BRASIL, 2014)

Não obstante, o ministro constatou que tal compreensão não influi na imposição aos provedores de aplicações o dever de excluir do âmbito virtual conteúdo inserido por terceiros, muito menos de incumbir-lhes a atribuição de “censor digital”, mas, simplesmente, de não apartar do Poder judiciário, de forma decisiva, o conhecimento de casos de exceção em que haja manifesta falta de razoabilidade na exposição dos resultados. (BRASIL, 2018)

Essa irrazoabilidade pode ser caracterizada tanto pelo fato de o conteúdo versar sobre interesse essencialmente privado, de forma que não integre o interesse coletivo de informação, quanto pelo longo período de tempo decorrido desde o evento que ocasionou a inserção dos dados pessoais exibidos na busca. (BRASIL, 2018)

Marco Aurélio Bellizze apontou que o impasse suscitado no processo se restringia ao fato do nome de Denise Nunes, ao ser usado como parâmetro exclusivo de busca – portanto, desassociado de qualquer outra terminologia – resultar na exibição da notícia do episódio desabonador divulgado há mais de dez anos, entre as notícias mais pertinentes. (BRASIL, 2018)

Dessa forma, ele ainda afirmou que a conservação de tais resultados de busca resulta na retroalimentação do sistema, em razão do fato do cliente, ao realizar a pesquisa, tendo inserido o nome da recorrida, encontrar a notícia e,

instigado pela curiosidade, acessar o conteúdo, o que acarretaria no reforço da ratificação da relevância da página catalogada. (BRASIL, 2018)

Nesse viés, o ministro em referência concluiu pela imprescindibilidade do Poder Judiciário intervir a fim de afastar a função de censor das ferramentas de busca, com o objetivo de garantir ao indivíduo a ser protegido a ruptura do vínculo eternizado pelos sites de buscas. (BRASIL, 2018)

Marco Aurélio Bellizze complementou o argumento ao afirmar que a essência do direito ao esquecimento:

não se trata de efetivamente apagar o passado, mas de permitir que a pessoa envolvida siga sua vida com razoável anonimato, não sendo o fato desabonador corriqueiramente rememorado e perenizado por sistemas automatizados de busca. (BRASIL, 2018, p. 29).

Por outro lado, sustenta o ministro que as pessoas que desejarem acessar conteúdo que verse sobre fraudes em concurso público não terão obstruído o seu direito de acesso. Entretanto, deverão realizar a busca com termos referentes a esse conteúdo, “seja em conjunto com o nome da recorrida, seja de forma autônoma”. Logrando assim “[...] uma via conciliadora do livre acesso à informação e do legítimo interesse individual”. (BRASIL, 2018 p. 29-30)

O referido ministro finalizou seu voto argumentado que a tutela inibitória requerida é materialmente possível, tanto que é exercida pelos sites de busca na Europa, onde sequer se faz necessária a intervenção judicial, uma vez que é disponibilizado ao cliente que veja seus dados pessoais atingidos um formulário de requerimento. (BRASIL, 2018)

Assim, o entendimento consolidado da jurisprudência brasileira encontrou divergência no julgamento do Recurso Especial nº 1.660.168/RJ, consagrando a aplicação do direito ao esquecimento na esfera da internet, o que é uma grande conquista para a sociedade brasileira que está cada vez mais imersa na esfera virtual, onde há intenso fluxo de dados, como também para a proteção dos direitos personalíssimos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendido como um desdobramento do direito fundamental à privacidade, e, portanto, inserido nos chamados direitos da personalidade, e do supra princípio da dignidade da pessoa humana, o direito ao esquecimento vem ganhando espaço nos palcos internacionais. Isso porque estamos vivendo em uma sociedade dita da informação, onde, a cada instante, novos dados são inseridos na rede virtual.

Entre esses dados, muitos se revelam atentatórios à dignidade da pessoa humana, à honra, à privacidade e até mesmo à memória de um indivíduo. Comumente se nota a exibição de uma informação simplesmente com o objetivo de ganhar o maior número de visualizações e compartilhamentos.

A União Europeia cuidou de tutelar propriamente do direito ao esquecimento. Nesse viés, tendo como caso paradigmático “*Gonzáles vs. Google Spain e Google Inc.*”, decidiram pela responsabilização dos motores de busca na eficácia do direito ao esquecimento, bem como na possibilidade de o usuário ofendido reclamar diretamente ao provedor de busca a supressão de conteúdos de cunho eminentemente ilícitos dos resultados de busca, sem a necessidade de judicialização.

Vale ressaltar que o referido tribunal europeu consolidou a tese de que a informação pessoal que se pretende ver suprimida dos resultados de busca não precisa sequer ter gerado efetivo dano ao indivíduo, bastando que esse requeira a sua supressão.

Essa decisão serve de parâmetro para os tribunais de outros países, em razão de proteger integralmente os direitos da personalidade em questão, principalmente por terem considerado a superexposição que o indivíduo pode sofrer na sociedade contemporânea.

A popularização das redes sociais, da internet, bem como dos aplicativos de aparelhos móveis ocasiona, mais ainda, a exposição de uma pessoa. Uma foto ofensiva, notícias falsas, incompletas, antigas, e ainda, desprovidas de qualquer interesse público são facilmente compartilhadas e eternizadas na esfera virtual, podendo voltar à tona a qualquer momento.

De forma contrária, e, mostrando-se extremamente conservador, até a análise do caso Denise Piere Nunes vs. Google Brasil Internet Ltda., Yahoo! Do

Brasil Internet Ltda. e Microsoft Informática Ltda, o Brasil vinha decidindo pela não responsabilização dos motores de busca.

Por sua vez, a responsabilidade dos provedores de conteúdo só existiria em caráter subsidiário, no caso em que este, depois de notificado por ordem judicial, não providenciasse a indisponibilidade do conteúdo ofensivo, nos termos da lei, além de estabelecer como imprescindível a análise pelo Judiciário para que ele julgasse se o conteúdo é ou não danoso.

Pode-se afirmar, que até então a jurisprudência pátria, ao ocorrer conflitos de direitos constitucionalmente assegurados, posicionava-se de forma a preferir pela sobreposição do direito à informação em detrimento do direito ao esquecimento. Fato esse que é prejudicial para a concretização e efetivação do princípio norteador da Constituição brasileira, a saber, o princípio da dignidade da pessoa humana.

Porém, com o surgimento do caso Denise Piere Nunes vs. Google Brasil Internet Ltda., *Yahoo!* Do Brasil Internet Ltda. e *Microsoft* Informática Ltda, foi reaberta a questão e decidida favoravelmente ao direito de esquecer, consagrando inusitadamente o referido direito na esfera virtual e possibilitando uma mudança de paradigma na jurisprudência nacional.

Essa mudança tornou possível a efetivação do direito ao esquecimento, visto que ajuizar ação contra cada um dos provedores de conteúdo para requerer deles a exclusão do conteúdo disponibilizado constitui-se em uma medida ineficaz, uma vez que a mesma informação pode estar sendo exibida por muitos provedores diferentes, além disso, pode haver a possibilidade do proprietário do conteúdo exposto não ser encontrado ou não estar sujeito à jurisdição nacional. (SILVESTRE; BENEVIDES, 2016)

Vale ressaltar que não é proposta a responsabilização civil do site de busca pela indexação de conteúdo por terceiro, mas sim, a sua maior atuação na efetividade do direito ao esquecimento, em razão do lucro que obtém da sua atividade, qual seja, a de localização de diversas páginas na web, o que resulta no seu maior número de visualizações, tratem elas de conteúdo ofensivo ou não. Assim, com fundamento no risco proveito, devem os motores de busca ser responsabilizados de alguma forma, em virtude do lucro que auferem. (SILVESTRE; BENEVIDES, 2016)

O Superior Tribunal de Justiça reconheceu a responsabilidade dos motores de busca, impondo a eles que procedessem a supressão da listagem de resultados de pesquisa as páginas que guardassem conteúdo ilícito com relação à Denise Piere Nunes. No julgado, decidiu-se que há situações excepcionais que requerem a intervenção do Judiciário para cessar a exibição de dados pessoais nos resultados de pesquisa, quando a informação carecer de interesse público à informação, seja por versarem sobre conteúdo privado, seja pelo decurso do tempo.

Ademais, não se pretende afirmar que o fiel da balança sempre deverá pender para o direito ao esquecimento em face dos direitos ao acesso à informação e à liberdade de expressão, mas sim, que isso irá ocorrer quando se verificar as situações excepcionais supracitadas. Dessa forma, quando, por exemplo, o conteúdo for revestido de interesse público não deverá haver a sua supressão.

A desnecessidade de judicialização é de suma importância para a efetivação do direito ao esquecimento, uma vez que ao buscar a tutela do esquecimento pode-se ter como consequência o efeito reverso do pretendido. Em outras palavras, ajuizar ação requerendo o reconhecimento do direito ao esquecimento visando a supressão de páginas do resultado de pesquisa retraz a notícia ao público, fazendo com que indivíduos busquem exatamente o que se pretende esquecer.

Esse serviço de desindexação de páginas de conteúdo ilícito nos resultados de busca é eficaz, tanto que, ao utilizar, como requisito único de busca o nome completo da Denise Piere Nunes, no final da página de resultado de pesquisa aparece a seguinte afirmação: “Atendendo a uma solicitação oficial enviada ao Google, removemos 9 resultado(s) de pesquisa desta página. Se preferir, [leia mais sobre a solicitação](#) em [LumenDatabase.org](#)”.

Revisto o entendimento que se tinha sobre a responsabilização dos motores de busca, cabe, pois, aos magistrados aplicarem o novo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, para maior efetivação e tutela do direito ao esquecimento.

Segue um breve quadro comparativo dos entendimentos da União Europeia e do Brasil:

	União Europeia	Brasil
Reconhecimento da responsabilidade civil do motor de busca.	Reconhece.	Reconhece.
Legislação que tutela o direito ao esquecimento de forma específica.	Possui. Exemplos: <i>Diretiva 95/46/CE - Personal Data Protection</i> e a <i>Diretiva 2002/58/CE - ePrivacy Directive</i> .	Não possui. O direito ao esquecimento é entendido como decorrente de outros direitos constitucionalmente assegurados, tais como: direito à vida privada, intimidade, memória.
Necessidade de judicialização para solicitar a supressão de páginas dos resultados de busca.	Não é necessário judicializar. Pode-se solicitar ao site de busca diretamente para que este proceda a supressão.	Necessário a judiciliação.
Quem averigua se há ou não interesse público.	Pode ser averiguada tanto pelo site de busca tanto pelo juízo.	Deve ser averiguada pelo juízo.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

ANDRIGHI, Fátima Nancy. A responsabilidade civil dos provedores de pesquisa via internet. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 78, n. 3, p. 64-75, jul./set. 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/34301>. Acesso em: 16 abr. 2018.

ANISTIA como censora: STJ condena jornal por publicar notícia sobre a época da ditadura militar. **Revista Consultor Jurídico**, 6 out. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-out-06/stj-condena-jornal-publicar-noticia-epoca-ditadura#top>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Direitos fundamentais em espécie. In: MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 9 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Marco Civil da Internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 9 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 3.689 de 03 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 5 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (3. Turma). Recurso Especial. **REsp 1.660.168/RJ**. Recorrentes: Yahoo! do Brasil Internet Ltda e Google Brasil Internet Ltda. Recorrida: Denise Pieri Nunes. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Brasília, 08 de maio de 2018. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/595923405/recurso-especial-resp-1660168-rj-2014-0291777-1/inteiro-teor-595923409?ref=juris-tabs>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (3. Turma). Recurso Especial. **REsp 1316921/RJ**. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Recorrida: Maria Da Graça Xuxa Meneghel. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Brasília, 26 de junho de 2012.

Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22026857/recurso-especial-resp-1316921-rj-2011-0307909-6-stj/inteiro-teor-22026859?ref=juris-tabs>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (3. Turma). Recurso Especial. **REsp 1369571/ PE**. Recorrente: Ricardo Zarattini Filho . Recorrido: Diario De Pernambuco S/A. Relator: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Brasília, 22 de setembro de 2016. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seq_uencial=1519492&num_registro=201102359630&data=20161028&formato=PDF. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (4. Turma). Recurso Especial. **REsp 1335153 / RJ**. Recorrentes: Nelson Curi e outros. Recorrida: Globo Comunicação e Participações S/A. Relatora: Min. Luis Felipe Salomão. Brasília, 28 de maio de 2013. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seq_uencial=1237428&num_registro=201100574280&data=20130910&formato=PDF. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (4. Turma). Recurso Especial. **REsp 1.334.097 / RJ**. Recorrente: Globo Comunicações e Participações S/A. Recorrida: Jurandir Gomes de França. Relatora: Min. Luis Felipe Salomão. Brasília, 28 de maio de 2013. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seq_uencial=1239004&num_registro=201201449107&data=20130910&formato=PDF. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Globo terá de pagar R\$ 50 mil por violar direito ao esquecimento**. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/100547749/globo-tera-de-pagar-r-50-mil-por-violar-direito-ao-esquecimento>. Acesso em: 5 nov. 2018.

CANÁRIO, Pedro. **STJ aplica 'direito ao esquecimento' pela primeira vez**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-jun-05/stj-aplica-direito-esquecimento-primeira-vez-condena-imprensa>. Acesso em: 5 nov. 2018.

CARPANEZ, Juliana. **Mentira que mata**: o passo a passo do 1º caso de repercussão no Brasil em que notícias fraudulentas levaram a uma tragédia. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/das-fake-news-ao-linchamento-como-uma-mentira-levou-a-morte-de-uma-inocente.htm#mentira-que-mata>. Acesso em: 26 out. 2018.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho. **Direito de informação e liberdade de expressão**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. Disponível em: https://perguntasapo.files.wordpress.com/2011/02/castells_1999_parte1_cap1.pdf. Acesso em: 19 abr. 2019.

CONSALTER, Zilda Mara. **Direito ao esquecimento**: proteção da intimidade e ambiente virtual. Curitiba: Juruá, 2017.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado trata do direito ao esquecimento na sociedade da informação**. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2013/abril/enunciado-trata-do-direito-ao-esquecimento-na-sociedade-da-informacao>. Acesso em: 8 nov. 2018.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos do Homem. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 8 nov. 2018.

DIAS, Rosa Maria Pellegrini Baptista. O direito ao esquecimento e a internet: censura ou garantia?: a recente decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia: o direito ao esquecimento no Brasil. **Publicações da Escola da AGU**: 1º Curso: Le Corti Internazionale, i Diritti Umani ed il Diritto in Europa – Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal, Brasília, DF, EAGU, v. 2, ano VI, p. 279-299, nov./dez. 2014.

GONÇALVES, Nicole P. S. Mäder. Liberdade de expressão e Estado Democrático de Direito. In: CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Direito constitucional brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 391-405.

GUERRA, Sidney. **A internet e os desafios para o direito internacional**. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/01_0.pdf. Acesso em: 17 abr. 2018.

HILBERT, Martin. How much information is there in the world? **Science News**, 11 fev. 2011. Disponível em: <https://www.sciencedaily.com/releases/2011/02/110210141219.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

JORNADA DE DIREITO CIVIL, 6., 2013, Brasília: Conselho da Justiça Federal. Centro de Estudos Judiciários. 2013. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/142>. Acesso em: 26 abr. 2018.

LARCHER, Marcello. CCJ aumenta pena de quem incita a prática de crimes pela internet. **Agência Câmara Notícias**, Brasília, DF, 28 mar. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/528067-CCJ-AUMENTA-PENA-DE-QUEM-INCITA-A-PRATICA-DE-CRIMES-PELA-INTERNET.html>. Acesso em: 26 out. 2018.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Direito civil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. (Série Universitária). Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-6439-9/epubcfi/6/22\[vnd.vst.idref=Direito-Civil-Univer-10\]/4\[Direito-Civil-Univer\]/2/506/2@0:78.9](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-6439-9/epubcfi/6/22[vnd.vst.idref=Direito-Civil-Univer-10]/4[Direito-Civil-Univer]/2/506/2@0:78.9). Acesso em: 26 nov. 2018.

NUNES, Alexandre Augusto Pereira. **Direito fundamental de acesso à informação**: democracia, estado democrático de direito, república e controle social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

OLIVA, Afonso Carvalho de; CRUZ, Marco A. R. Cunha. **Um estudo do caso Xuxa vs. Google search (resp 1.316.921)**: o direito ao esquecimento na Internet e o Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: file:///C:/Users/Renan/Downloads/UM_ESTUDO_DO_CASO_XUXA_VS._GOOGLE_SEARCH.pdf. Acesso em: 31 out. 2018.

OLIVA, Thiago; CRUZ, Francisco Brito. **Autoridades públicas devem ter um “direito ao esquecimento”?**. Disponível em: <https://link.estadao.com.br/blogs/deu-nos-autos/autoridades-publicas-devem-ter-um-direito-ao-esquecimento/>. Acesso em: 19 out. 2018.

PARLAMENTO EUROPEU. Conselho da União Europeia. Comissão Europeia. Carta dos direitos fundamentais da União Europeia. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**, Bruxelas, 2000. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf. Acesso em: 7 mar. 2019.

PARLAMENTO EUROPEU. Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**, Bruxelas, 2002. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32002L0058>. Acesso em: 6 mar. 2019.

PARLAMENTO EUROPEU. Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**, Bruxelas, 1995. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=celex%3A31995L0046>. Acesso em: 25 jan. 2019.

ROCHA, Maria Vital da; CUNHA, Isaac Rodrigues; OLIVEIRA, Karin de Fátima Rodrigues. Esquecimento, internet e “preferência” da informação: possibilidades de aplicação da doutrina dos *preferred rights* da jurisprudência norte-americana ao caso brasileiro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 7, n. 3, p.484-509, dez. 2017.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. Brasil debate direito ao esquecimento desde 1990. **Gconsultório Jurídico**, Direito Comparado, 27 nov. 2013. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2013-nov-27/direito-comparado-brasil-debate-direito-esquecimento-1990#_ftn2_7015. Acesso em: 5 nov. 2018.

SALOMÃO, Luis Felipe. Memória, Esquecimento e Conteúdo na Internet. **Revista Magister de direito civil e processual civil**, Porto Alegre, v. 14, n. 81, p.5-13, nov./dez. 2017.

SILVEIRA, Daniel; BOECKEL, Cristina. **Chacina da Candelária**: sobrevivente ainda tem pesadelos, diz irmã. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/chacina-da-candelaria-sobrevivente-ainda-tem-pesadelos-diz-irma.html>. Acesso em: 5 nov. 2018.

SILVESTRE, Gilberto Fachetti; BENEVIDES, Nauani Schades. O papel do Google na eficácia do direito ao esquecimento: análise comparativa entre Brasil e Europa. **Revista de Direito Privado**, São Paulo: ano 17, v. 70, p. 99-122, out. 2016.

SOUZA, Bernardo de Azevedo e. **O direito ao esquecimento na sociedade da informação**: o caso Aída Curi. Disponível em:

<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/noticias/203742780/o-direito-ao-esquecimento-na-sociedade-da-informacao-o-caso-aida-curi>. Acesso em: 5 nov. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. Tribunal de Justiça. (Grande Seção). **Acórdão do Tribunal de Justiça**. Dados pessoais — Proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento desses dados — Diretiva 95/46/CE — Artigos 2.º, 4.º, 12.º e 14.º — Âmbito de aplicação material e territorial — Motores de busca na Internet — Tratamento de dados contidos em sítios web — Pesquisa, indexação e armazenamento desses dados — Responsabilidade do operador do motor de busca — Estabelecimento no território de um Estado-Membro — Alcance das obrigações desse operador e dos direitos da pessoa em causa — Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia — Artigos 7.º e 8.º 13 de maio de 2014. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?language=pt&jur=C,T,F&num=c-131-12&td=ALL%3E>. Acesso em: 8 mar. 2019.

VIEIRA, Tatiana Malta. **O direito à privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação**. 2007. 297 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.